



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

Exmo. Sr.
Eng^o Carlos Moedas
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Requerimento

Sobre a evolução do número de pessoas em situação de sem-abrigo e o encerramento de respostas sociais na cidade de Lisboa

A cidade de Lisboa vive uma grave crise social que se reflete de forma particularmente violenta nas pessoas em situação de sem-abrigo. O número de pessoas em situação de sem-abrigo aumentou em 2023, atingindo as 3.378 pessoas.

Na passada semana, o Sr. Presidente Carlos Moedas anunciou uma descida em 2024 para 3.122 pessoas, números que continuam a um nível extremamente elevado. De facto, desde o início do mandato o número de pessoas sem teto cresceu 43%. Mas, mais, o Sr. Presidente Carlos Moedas anunciou que em 2024 havia 1200 vagas, o que não é factual, havendo apenas 1087 vagas entre as respostas de emergência, temporário e housing-first, apenas mais 104 vagas em 3 anos de mandato.

A gravidade da situação é visível em múltiplas dimensões:

- O número de pessoas sem teto (a dormir na rua ou em situações precárias) aumentou 78,5% entre 2021 e 2023 e só conheceu uma descida em 2024 (de 548 para 439), mantendo-se, ainda assim, acima dos níveis de 2021 e 2022. Sendo as razões desta descida totalmente inexplicadas.
- A maioria das pessoas em situação de sem-abrigo encontra-se em quartos pagos em pensões, hostels e alojamentos precários, não sendo possível considerar essas respostas como soluções estruturais ou dignas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

- Encerraram-se respostas sociais nos últimos anos, incluindo centros de acolhimento e serviços de apoio, sem reposição equivalente.
- As pessoas que pernoitavam na Igreja dos Anjos e que foram direcionadas pela Polícia Municipal para que Carlos Moedas pudesse discursar no 5 de Outubro de 2024 para hóspedes, estão hoje a ocupar o Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR), que não foi pensado para acolher esta resposta social. Este facto impede ainda que Lisboa cumpra o seu compromisso no acolhimento de pessoas refugiadas.

São cada vez mais frequentes as situações de pessoas a viver nos hospitais por falta de alternativas, realidade que profissionais de saúde e associações têm vindo a denunciar com preocupação crescente.

Apesar do esforço de recolha de dados por parte do NPISA, os dados constantes do Inquérito de 31 de dezembro de 2024 evidenciam limitações e omissões graves:

- Apenas 43 pessoas conseguiram obter habitação permanente durante todo o ano de 2024, o que representa um resultado marginal face ao universo total de 3.122 pessoas.
- Os dados revelam fragilidades na resposta habitacional, na saúde mental, na proteção social, e demonstram que a política municipal tem falhado na sua obrigação de garantir o direito à habitação.
- Não há informação suficiente sobre os efeitos do encerramento de respostas, nem sobre a evolução do número de vagas nos dispositivos existentes que hoje cobrem apenas 35% das pessoas em situação de sem abrigo.

Mais ainda, as associações que prestam apoio às pessoas em situação de sem abrigo não conheciam o relatório enviado à imprensa pelo Presidente Carlos Moedas e os dados apresentados são muito diferentes da realidade no terreno que é relatada pelas associações, que reportam um agravar das situações sociais, com mulheres grávidas e menores em situação de sem teto.

Não tendo sido cumprido o estipulado no Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030, nomeadamente a duplicação do número de Housing First ainda no presente mandato, falta explicar os dados apresentados por Carlos Moedas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

Especialistas consultados pelo Bloco de Esquerda indicam que houve alterações relevantes na resposta às pessoas em situação de sem abrigo em Lisboa que podem estar a influenciar os dados:

- A dificuldade sentida pelas equipas de rua que cobrem hoje um território menor e, logo, têm menos capacidade de apoiar e contabilizar as pessoas em situação de sem abrigo;
- A não atribuição por parte da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de um gestor de caso às pessoas migrantes, não as contabilizando como pessoas em situação de sem abrigo;
- A não contabilização das pessoas que estão em situação de sem teto em Lisboa mas que não têm morada na cidade de Lisboa como pessoas em situação de sem abrigo no município.

Estas informações podem pôr em causa os dados apresentados por Carlos Moedas por poderem ser meramente uma “limpeza administrativa” do sistema e não uma redução real no número de pessoas em situação de sem abrigo em Lisboa.

É, por isso, necessário o esclarecimento cabal da realidade dos factos.

A Vereadora do Bloco de Esquerda na Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 35º da lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei, de 26 de maio, vem requerer a V.Exª que se digne a responder às seguintes questões:

- 1) Qual o número total de vagas existentes nas respostas de acolhimento (em todas as tipologias) em 2022, 2023 e 2024?
- 2) Quantas pessoas estão atualmente a ocupar o CATR (Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados), e qual o impacto dessa ocupação na capacidade de Lisboa acolher refugiados?
- 3) Quantas pessoas em situação de sem abrigo se encontram atualmente nos hospitais por ausência de alternativa habitacional? Como foram contabilizadas no relatório enviado?
- 4) Qual o número de pessoas acompanhadas por gestores de caso em 2022, 2023 e 2024, e qual a política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativamente ao acompanhamento de pessoas migrantes em situação de sem abrigo?



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Beatriz Gomes Dias
Bloco de Esquerda

- 5) Que critérios foram usados para a contabilização das pessoas em situação de sem abrigo nos dados apresentados pela CML à imprensa?
- 6) Quantas pessoas migrantes e quantas pessoas sem morada registada em Lisboa foram incluídas ou excluídas nos dados do NPISA referentes a 31 de dezembro de 2024?
- 7) Que medidas concretas foram implementadas no âmbito do Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030 até à data?
- 8) Por que razão não foi cumprida a meta de duplicação do número de vagas no programa Housing First no atual mandato?
- 9) Por que razão não foram as associações que trabalham com pessoas em situação de sem abrigo informadas da divulgação dos dados?
- 10) Tendo em conta a gravidade da situação descrita, requer-se ainda a convocação urgente de uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa, com a presença dos serviços municipais competentes, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Proteção Civil, das equipas de rua, do NPISA e das organizações da sociedade civil com intervenção direta nesta área, para análise detalhada dos dados desagregados, esclarecimento das inconsistências identificadas e definição de um plano de ação imediato.

Lisboa, 28 de maio de 2025

A Vereadora

Beatriz Gomes Dias